

JANGO

nossa breve história





JANGO

nossa breve história

PRESIDENTA DA REPÚBLICA

Dilma Rousseff

MINISTRO DA JUSTIÇA

José Eduardo Cardozo

DIRETOR-GERAL DO ARQUIVO NACIONAL

Jaime Antunes da Silva

COORDENADORA-GERAL DE ACESSO
E DIFUSÃO DOCUMENTAL

Maria Aparecida S. Torres

COORDENAÇÃO DE PESQUISA
E DIFUSÃO DO ACERVO

Maria Elizabeth Brêa Monteiro

COORDENAÇÃO DE CONSULTA AO ACERVO

Maria Helena Soares Miranda

COORDENADOR-GERAL DE PROCESSAMENTO
E PRESERVAÇÃO DO ACERVO

Mauro Domingues de Sá

COORDENADORA DE PRESERVAÇÃO DE ACERVO

Lucia Saramago Peralta

COORDENADOR DE DOCUMENTOS AUDIOVISUAIS
E CARTOGRÁFICOS

Marcelo Nogueira de Siqueira

COORDENADOR DE DOCUMENTOS ESCRITOS

Mauro Lerner Markowski

COORDENADOR REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL

Marcus Vinícius Barbosa

Exposição

COORDENAÇÃO DE PESQUISA
E DIFUSÃO DO ACERVO

CURADORIA

Cláudia Beatriz Heynemann

| SUPERVISÃO DE PESQUISA |

ASSISTENTES DE PRODUÇÃO

Renata William Santos do Vale
Viviane Gouvêa

PESQUISA DE IMAGENS, TEXTOS E LEGENDAS

Denise de Moraes Bastos
Maria do Carmo Rainho
Mariana Lambert Passos Rocha
Renata William Santos do Vale
Viviane Gouvêa
Pablo Endrigo Franco

| SUPERVISÃO DE ACESSO E DIFUSÃO DO ACERVO – BRASÍLIA |

VITRINES

Denise de Moraes Bastos
Renata William Santos do Vale
Viviane Gouvêa

PROGRAMAÇÃO VISUAL E DESIGN GRÁFICO

Sueli Araujo

| EXPOSIÇÃO |

Alzira Reis

| CATÁLOGO |

REVISÃO DE TEXTOS

Heloisa Frossard

ILUMINAÇÃO E SONORIZAÇÃO

Cosme Ubiracy Campos Cassemiro
Roberto Montero Rodrigues Filho
Nelson Silva Melo

TRATAMENTO DAS IMAGENS

Actiontec Informação e Tecnologia

IMPRESSÃO DE IMAGENS

Arqforma Construções

OS DISCURSOS *JANGO NA CENTRAL DO BRASIL* E
RUBENS PAIVA FORAM CEDIDOS PELA **Empresa**
Brasil de Comunicação – EBC

EQUIPE TÉCNICA

COORDENAÇÃO DE PESQUISA
E DIFUSÃO DO ACERVO

Carlos Frederico Bittencourt Silva
Nival Norberto da Silva

COORDENAÇÃO DE CONSULTAS AO ACERVO

BIBLIOTECA

Alexandra Werneck da Silva

| SUPERVISÃO |

SALA DE CONSULTAS

Tereza Palazzo Schmitt Filardo

| SUPERVISÃO |

COORDENAÇÃO DE PRESERVAÇÃO DO ACERVO

LABORATÓRIO DE DIGITALIZAÇÃO

Flávio Lopes

| SUPERVISÃO |

Aginaldo Neves Santos
Rodrigo Rangel da Costa

LABORATÓRIO DE CONSERVAÇÃO E
RESTAURAÇÃO

Maria Julia Faissal Cardoso

| SUPERVISÃO |

Alice de Jesus Nunes
Álvaro César de Carvalho
Anivaldo dos Santos Gonçalves
Erika Benirschke
Leonardo Borges
Rosana Peixoto Caraméz
Tiago César da Silva
Victor Bernard Lacoste
Walter da Silva Junior

COORDENAÇÃO DE DOCUMENTOS
AUDIOVISUAIS E CARTOGRÁFICOS

ILHA DE EDIÇÃO DE VÍDEO

Fernando Fonseca Rocha

| SUPERVISÃO |

Ana Lucia Soares Moreira
Carlos Eduardo Marconi

DOCUMENTOS SONOROS

Thiago de Oliveira Vieira

| SUPERVISÃO |

Pablo Mello Ferraz e Silva

COORDENAÇÃO DE RECURSOS LOGÍSTICOS

Joelson da Silva

| SUPERVISÃO |

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

AGRADECIMENTOS

EQUIPE DE DOCUMENTOS DO EXECUTIVO
E LEGISLATIVO

Sátiro Ferreira Nunes

| SUPERVISÃO |

Marcus Vinicius Pereira Alves

EQUIPE DE DOCUMENTOS ICONOGRÁFICOS

Sérgio Miranda de Lima

| SUPERVISÃO |

EQUIPE DE IMAGENS EM MOVIMENTO

Antonio Laurindo dos Santos Neto

| SUPERVISÃO |

Equipe de Serviços Gerais pelo apoio
no processo de produção e montagem.

A todos os servidores e colaboradores
do Arquivo Nacional que direta ou
indiretamente contribuíram para
a realização e divulgação desta
exposição.

NOTA TÉCNICA

As imagens que integram a exposição
são reproduções que receberam
tratamento digital e foram editadas
para compor a narrativa da exposição.

JANGO
nossa breve história

Jango: a nossa breve história marca os 50 anos do golpe que deu início a mais de duas décadas de regime militar. E também pôs fim ao governo democrático de João Goulart, compreendido entre setembro de 1961 e março de 1964. A efervescência que caracterizou seu governo dá a medida da intensa mobilização, também popular, na vida pública. Essa é uma das mais recorrentes narrativas sobre esse tempo, que ganhou sentido, sobretudo pelo desfecho conhecido: é assim que uma série de acontecimentos se articula, primordialmente, pela possibilidade de explicar a ruptura da ordem constitucional.

João Goulart foi um político influente nas décadas de 1950 e 1960 no cenário político brasileiro: deputado, ministro do Trabalho, vice-presidente nos governos Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros, presidente da República. Jango, como era conhecido, foi classificado e incluído em diversas tendências, do trabalhismo, do nacionalismo distributivo, do estatismo, do populismo de matizes variados que permeou os governos latino-americanos, sendo certo que como presidente empenhou-se pelas reformas de base, apresentadas no 1º de maio de 1962, em Volta Redonda, e que envolviam as reformas agrária e do sistema bancário, a reforma eleitoral, entre tantas transformações ambicionadas.

Os anseios por uma maior participação em todos os campos, muito além de governos ou equívocos, eclodem no início da década de 1960,

da qual, contemporâneos ou não, somos tributários, aqui e em todo mundo: essa breve história pertencia ou prometia pertencer a muitos, em contraste com o que vemos nas imagens sombrias em que contrastam militares cada vez mais marginais aos princípios democráticos.

Meio século depois, procura-se seguir a reportagem fotográfica da *Agência Nacional*, órgão oficial, e do jornal *Correio da Manhã*, então engajado na campanha contra o governo. Outros acervos de natureza privada puderam aqui ser exibidos ao público, como *Campanha da Mulher pela Democracia*, *Santiago Dantas* e *João Goulart*. Arquivos dos órgãos de repressão do período militar como o SNI e a Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça geraram processos e dossiês que investigavam os “inimigos” do regime e são apresentados em vitrines, restituídos a seus aspectos formais, que dão conta dessa rotina burocrática, e das redes em que circulava essa informação.

Desse amplo conjunto de imagens emergem os ícones de vanguarda na vida intelectual, cultural, artística, com sua economia de crítica e conflito, e que também e tanto quanto, expõem por toda a década as fissuras nos modelos concebidos e a fragmentação das grandes narrativas conciliadoras, exibindo resistência, pensamento e transgressão.

CURADORA

CLÁUDIA HEYNEMANN

23 de setembro
de 1961. Agência
Nacional





14 de abril de 1962.
Correio da Manhã

7 de setembro de 1962.
Correio da Manhã

23 de setembro de 1962.
Correio da Manhã



30 de julho de
1963. Correio da
Manhã

10 de agosto de
1963. Correio da
Manhã

31 de março de
1964. Correio da
Manhã



Um verão “bissexto, ameno e calmo” se encerrou na Guanabara, em 22 de março de 1964, segundo a edição do *Correio da Manhã*. Naqueles quase três meses sucederam-se os acontecimentos em sequência ritmada pelas manchetes de jornais, seguindo a lógica de um acirramento, dos discursos inflamados, das marchas da família organizadas pela direita, das greves, das reformas propostas pelo governo e exigidas nas ruas, dos acordos políticos declarados ou não.

Após a ruptura da ordem constitucional, as interpretações disputam um lugar. Do lado inicialmente vitorioso, a “revolução” vinha para garantir a ordem democrática: essa era a natureza do “movimento civil e militar” como dispôs o Ato Institucional n. 1 (AI-1). De outro, o desfecho de 64 foi atribuído por alguns ao conflito entre modelos de desenvolvimento, que opunham dependência externa e concentração de renda à opção nacionalista e distributiva, entre outros fatores estruturais. Também se compreendeu a deposição de Goulart como decorrente das crises na economia e no sistema partidário, além da reação à crescente participação dos movimentos populares na vida política, dando um caráter “preventivo” à ação militar. Outra versão bastante aceita e difundida aposta na conspiração de setores conservadores da sociedade brasileira, representados pela Escola Superior de Guerra, por instituições como Ipes, IBAD, Camde, pela grande imprensa, aliados dos interesses do capital internacional, e mais especificamente, sublinha-se a decisiva participação do Departamento de Estado norte-americano e da CIA. Em estudos mais recentes considera-se que o evidente apoio dos EUA à deposição de Goulart, não deve,

contudo, obscurecer o protagonismo e o grau de autonomia dos que, no Brasil, conduziram o movimento de março de 1964.

Um processo cujo princípio pode ser datado ainda em 1961, com a tentativa dos ministros militares de impedir a posse de Jango e com os anos da mais intensa mobilização popular até então assistida. Inevitável ou contornável, a crise institucional se instala e setores de composição heterogênea se unificam de um lado, pela urgência e aprofundamento das reformas e de outro, pelo temor de setores de elite, embalado no pacote do caos, da desordem, do avanço do comunismo sustentado por Moscou, ao estilo cubano. A disposição cronológica das imagens desse módulo coincide com a narrativa dos eventos que aqui revisitamos: a regulamentação da Lei de Remessas de Lucros, o relacionamento com as Forças Armadas, o comício da Central, personagens como Lacerda e Magalhães Pinto, o embaixador Lincoln Gordon, o “cabo” Anselmo. E os primeiros dias de abril, carros revistados, tropas nas ruas. Um pouco antes, o Carnaval, e ao longo do ano, o futebol, e os movimentos artísticos de vanguarda, a glória dos anos 1960: o filme *Deus e o Diabo na Terra do Sol* e o espetáculo *Opinião*. O embarque para o exílio do deputado Rubens Paiva, em junho, dava a medida do que se seguiria como escreveu o poeta Ferreira Gullar, ex-presidente do Centro Popular de Cultura – CPC da UNE, no livro *Antes do golpe: notas sobre o processo que culminou no golpe militar de 1964*: “naquele dia, a junta militar que assumiu o governo exigiu do Congresso a cassação do mandato do presidente da República, o que foi prontamente aprovado (...). Iniciava-se assim, no Brasil, um regime autoritário que duraria 21 anos”.

CLÁUDIA HEYNEMANN

1º de abril de 1964. O II Exército, comandado pelo general Amaury Krueel, adere às tropas do general Olympio Mourão Filho, comandante da 4ª Região Militar em Minas Gerais que havia marchado para o Rio de Janeiro. *Correio da Manhã*





Aprovada pelo Congresso Nacional desde setembro de 1962, a Lei de Remessa de Lucros, entre outras medidas, limitava a remessa de valores para o exterior a dez por cento do capital registrado das empresas multinacionais no país e classificava como capital nacional os lucros de reinvestimentos. O presidente João Goulart assinou a regulamentação dessa lei em 17 de janeiro de 1964, acirrando o descontentamento dos empresários com o governo. Correio da Manhã



Avenida Presidente Vargas às vésperas do desfile de Carnaval que teve a Portela como campeã. Rio de Janeiro, 6 de fevereiro de 1964. Correio da Manhã

As relações diplomáticas entre Brasil e URSS, rompidas no momento da Revolução de 1917, seriam retomadas em 1945, após a derrota do nazifascismo. Novamente interrompidas em 1947, no bojo de outras medidas do governo Dutra, como a cassação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), foram afinal reatadas em 23 de novembro de 1961. Em depoimento por ocasião dos trinta anos do golpe militar ao jornal *Folha de São Paulo*, de 27 de março de 1994, Nicolai Vladimirovich Mostovietz, chefe do Departamento de Américas e responsável, em Moscou, pelas relações entre “partidos-irmãos”, afirmou que havia escapado aos soviéticos a iminência de um golpe militar fruto da “ofensiva imperialista”. Entre as fontes de informação de que dispunha o Partido Comunista Soviético e o Ministério de Relações Exteriores, estavam a embaixada em Brasília e o PCB, cujo secretário-geral era Luís Carlos Prestes. Embora não tivessem sido alertados sobre a destituição de João Goulart, Mostovietz relatou que, pouco antes da ação militar, o embaixador Andrei Fomin teria reportado ao seu governo que destruíra documentos temendo ataques contra a representação do país. O embaixador da URSS, Andrei Fomin, com Jango. Janeiro de 1964. Correio da Manhã



Na Vila Militar, João Goulart comemora o 19º aniversário da tomada de Monte Castelo pela Força Expedicionária Brasileira, na Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 1964. Correio da Manhã





Diante de uma numerosa plateia e na presença dos ministros da Guerra, Marinha, Aeronáutica, Fazenda, Justiça, Indústria e Comércio, Relações Exteriores, do chefe do Estado-Maior das Forças Armadas e do comandante do I Exército, o presidente João Goulart proferiu a aula inaugural na Escola Superior

de Guerra. Criada em 1949, a ESG contava com militares formados na Escola das Américas, centro de treinamento norte-americano conhecido por ter formado militares implicados em golpes, homicídios e tortura. Entre seus teóricos destacava-se Golbery do Couto e Silva, emanou também da ESG a ideologia da Segurança Nacional, um dos fundamentos do regime de 1964. Em um dos trechos de seu discurso, Goulart afirmou que “o Estado do futuro não será com certeza moldado pelo figurino ideológico que nos é proposto por cada uma das doutrinas modernas. Ele será, pelo contrário, o fruto de uma experiência histórica e trará os traços de vários regimes, precisamente daqueles que tenham sido selecionados pela experiência e tornados aptos a servir ao homem equipado com os recursos da tecnologia moderna”. Rio de Janeiro, 11 de março de 1964. Correio da Manhã



Nenhuma força será capaz de impedir que o governo continue a assegurar absoluta liberdade ao povo brasileiro. E, para isto, podemos declarar, com orgulho, que contamos com a compreensão e o patriotismo das bravas e gloriosas Forças Armadas da Nação. Hoje, com o alto testemunho da Nação e com a solidariedade do povo, reunido na praça que só ao povo pertence, o governo, que é também o povo e que também só ao povo pertence, reafirma os seus propósitos inabaláveis de lutar com todas as suas forças pela reforma da sociedade brasileira. Não apenas pela reforma agrária, mas pela reforma tributária, pela reforma eleitoral ampla, e pelo voto do analfabeto, pela elegibilidade de todos os brasileiros, pela pureza da vida democrática, pela emancipação econômica, pela justiça social e pelo progresso do Brasil. João Goulart. Comício das Reformas. Rio de Janeiro, 13 de março de 1964. Correio da Manhã



Na cerimônia em que assinou decreto autorizando a complementação salarial de servidores de categorias análogas à das autarquias da Marinha, Jango foi aplaudido por seis mil operários navais e disse em seu discurso que “o que ameaça a democracia é a mortalidade infantil. O que pode ameaçar a democracia é negar direitos a milhões de analfabetos que vivem em todo o território nacional. O que ameaça a democracia é a fome, é a miséria, é a doença dos que não têm recursos para enfrentá-la. Esses são os males que podem ameaçar uma democracia, mas nunca o povo na praça pública, no uso dos seus direitos legítimos e democráticos”. Jango é cercado por populares no Arsenal de Marinha. Rio de Janeiro, 11 de março de 1964. Correio da Manhã

O Instituto de Pesquisas e em 1962, destacou-se entre das no período. Constituído paulistas e cariocas, defende mercado e a liberdade governo "socializante" de vesse consenso em torno reforma agrária nos moldes grama norte-americano de socioeconômico da América do Ipes encontrou recebendo o apoio de 70% Indústrias do Estado de São à sua fundação. Representando os setores mais modernos do empresariado brasileiro, o Instituto promoveu sua campanha anticomunista por meio de publicações, filmes, programas de estudo, entre outras estratégias. No Ipes do Rio de Janeiro destacavam-se os egressos da Escola Superior de Guerra, principalmente os que se dedicavam ao tema da infiltração comunista. Com grande influência nesse período, tinham a liderança de Golbery do Couto e Silva. Tanto o grupo do Rio quanto o de São Paulo se dissolveram no início dos anos 1970.

Reformas de base: posição do Ipes (Rio de Janeiro: Ipes, 1963.)



Estudos Sociais (Ipes), fundado as organizações à direita surgido por empresários, sobretudo dia a livre iniciativa, a economia pessoal, que estariam em risco no João Goulart. Embora não houde suas propostas, que incluíam da Aliança para o Progresso, pro-assistência ao desenvolvimento ca Latina criado em 1961, a fun-enorme adesão de empresários, dos membros da Federação das Paulo (Fiesp) já no ano seguinte



Com a deposição de Goulart, o governador de Pernambuco, Miguel Arraes, foi pressionado a renunciar, medida que recusou e o levou à prisão em Fernando de Noronha. Incluído na primeira lista de cassações de direitos políticos, que se seguiu ao Ato Institucional n. 1, transferido em dezembro para a Companhia de Guarda de Recife e levado para a Fortaleza de Santa Cruz no Rio de Janeiro em abril de 1965, foi libertado naquele mês por um *habeas corpus*. Arraes continuou a responder a diversos inquéritos policiais militares, até ser incluído na Lei de Segurança Nacional, em 20 de maio. Em junho seguiu como asilado político para a Argélia. A edição de 30 de abril de 1965 do *Correio da Manhã* publicou uma grande matéria sobre seu depoimento de cerca de sete horas no IPM do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), extinto em 13 de abril, destacando a atitude de quatro servidores do Ministério da Educação, onde se deu o interrogatório, que lhe apertaram a mão desejando em voz baixa, "boa-sorte governador".

Sala em que foi interrogado o ex-governador Miguel Arraes durante o inquérito policial militar. O coronel Gérson de Pinna presidiu igualmente a investigação da editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, abril de 1965. *Correio da Manhã*

A Campanha da Mulher pela Democracia (Camde), organizada e financiada pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes), iniciou suas atividades na igreja Nossa Senhora da Paz, no Rio de Janeiro, em 1962, recebendo o apoio da grande imprensa. Amélia Molina Bastos, fundadora da Camde e irmã de Antônio Mendonça Bastos, membro do Serviço Secreto do Exército, recebe do deputado paulista Cunha Bueno uma bandeira do Brasil para a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que aconteceu no dia 2 de abril e foi chamada de Marcha da Vitória. São Paulo, 31 de março de 1964. *Correio da Manhã*



O governador Miguel Arraes é cumprimentado por populares no Teatro Nacional. Brasília, março de 1964. *Correio da Manhã*





Jornalista, deputado pelo Distrito Federal (1955 e 1956-1960) e governador da Guanabara entre 1960 e 1965, Carlos Lacerda fundou, em 1949, o jornal *Tribuna da Imprensa*, em que defendia as posições da União Democrática Nacional (UDN), partido ao qual se filiou. Moveu acirrada campanha contra Vargas, eleito para o segundo governo em 1950. Estava à frente do grupo udenista contrário à eleição de Juscelino Kubitschek e exerceu violenta oposição a Goulart, investindo contra seu governo e acusando a “infiltração comunista”.

Com outros governadores defendeu o golpe e o nome de Castelo Branco para presidente da República, com quem romperia, ainda em 1964, por não aceitar a prorrogação do mandato que aproximava o governo da linha dura militar e apostava em uma radicalização do regime. Em outra guinada, Lacerda buscou aliar-se com Juscelino e Jango, mantendo contato com representantes da esquerda e lançando a Frente Ampla, em 1966. Com o AI-5, em 1968, foi preso e, posteriormente, teve seus direitos políticos cassados por dez anos.

Diretor de bancos e empresas, signatário do “Manifesto dos mineiros”, contrário ao Estado Novo, de 1943, Magalhães Pinto foi um dos primeiros a se integrar à UDN em 1945. Por esse partido, que então presidia, elegeu-se em 1960 governador de Minas Gerais, derrotando Tancredo Neves, do Partido Social-Democrático (PSD). Como resposta ao pedido de decretação de estado de sítio que João Goulart dirigiu ao Congresso Nacional em outubro de 1963, Magalhães Pinto foi um dos 14 governadores de oposição que assinou o documento exigindo respeito à Constituição. Conspirava com setores militares para a derrubada de Jango e aliou-se aos governadores do Rio Grande do Sul, Ildo Meneghetti; de São Paulo, Ademar de Barros, e do Rio de Janeiro, Carlos Lacerda, com quem se reuniu no dia em que eclodiu a Revolta dos Marinheiros no estado.

Magalhães Pinto e Carlos Lacerda. 25 de março de 1964. Correio da Manhã



A reportagem do jornal descrevia a cena: “Oficiais das três armas reunidos ontem no Clube Naval, que permanece o centro de efervescência da crise, viram chegar ao prédio da Av. Rio Branco o marechal Augusto Magessi, que foi levar-lhes a nota oficial de solidariedade do Clube Militar. Tendo lançado às últimas horas da tarde, mais um manifesto, os almirantes e oficiais da Marinha mantêm o mesmo clima emocional da primeira hora da crise. Entre uma e outra fase da assembleia que é permanente, moços e velhos entoam o Hino Nacional (foto) como nos dias de comemoração cívica”. No dia anterior, um manifesto dos almirantes e outro, do Clube Militar condenando a indisciplina e a rebelião, já sinalizavam o desdobramento da crise dos marinheiros e fuzileiros navais.

Oficiais no Clube Naval. Rio de Janeiro, 30 de março de 1964. Correio da Manhã



Considerado o estopim da crise militar e até mesmo do golpe que viria dias depois, a rebelião dos marinheiros teria se iniciado com a sessão de *O encouraçado Potemkin*, de Sergei Eisenstein, no auditório do Ministério da Educação no Rio de Janeiro. Realizado em 1925, o filme aborda uma revolta de marinheiros na Rússia czarista em 1905 e foi exibido na semana em que se comemorava o aniversário de fundação da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil. Embora esse tipo de festejo fosse comum, o ministro da Marinha proibiu a festa, e foi desobedecido pelos associados, o que levou à ordem de prisão de doze dirigentes, entre eles o presidente, marinheiro José Anselmo dos Santos. Diante da crise, ocorreram negociações entre os ministros da Justiça e da Marinha, que aceitou atender reivindicações desde que desistissem do evento, mas essa condição não foi atendida. Em 25 de março, perto de dois mil marinheiros e fuzileiros navais se reuniram no Sindicato dos Metalúrgicos, aguardando os convidados de honra, que faltaram. Em um discurso tido como provocador, Anselmo dos Santos apoiou as reformas de base e a reforma da Constituição de 1946, proposta pelo presidente João Goulart. Seguiram-se a ordem do ministro da Marinha de prisão de mais quarenta marinheiros e cabos e a cena surpreendente em que parte da tropa enviada se recusou a executar as prisões, aderindo aos revoltosos. À ordem de Jango para que não investissem contra os marinheiros, o ministro Sílvio Mota respondeu com a demissão, sendo substituído pelo almirante Paulo Márcio Rodrigues. Os marinheiros anistiados saíram pelas ruas do Centro em desafio aos militares e foram vaiados na passagem do grupo pelo Clube Naval.

Marinheiros e fuzileiros navais no Sindicato dos Metalúrgicos. Rio de Janeiro, 25 de março de 1964. Correio da Manhã



Em meio à crise militar instaurada a partir da rebelião dos marinheiros, tomaria posse a nova diretoria da Associação dos Sargentos e Suboficiais da Polícia Militar, marcada com antecedência e para a qual Jango era o convidado de honra. Apesar de ter sido aconselhado por seus assessores a não comparecer, Jango foi à solenidade no auditório do Automóvel Clube, discursando para os cerca de dois mil presentes. Suas palavras desagradaram os oficiais, que difundiram a ideia de que o presidente incentivava a desobediência e a insubordinação nas Forças Armadas. O presidente João Goulart no Automóvel Clube. Rio de Janeiro, 30 de março de 1964. Correio da Manhã



O general Cunha Melo, leal ao presidente João Goulart, liderou militares do 2º Regimento de Infantaria e parte do Regimento Sampaio e Floriano, permanecendo na cidade de Areal até retornar ao Rio de Janeiro e evitando chocar-se com as tropas comandadas pelo general Muricy que vinham de Minas Gerais. Deslocamentos militares. 1º de abril de 1964. Correio da Manhã

Automóveis de estudantes são revistados. Rio de Janeiro, abril de 1964. Correio da Manhã



Leitura pelo general Sizeno Sarmento Ferreira do Ato Institucional n. 1, de 9 de abril de 1964, que dispõe “sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições estaduais e respectivas emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução vitoriosa”. Redigido com a colaboração de Francisco Campos, jurista também responsável pela Carta de 1937, de inspiração fascista, o AI-1 permitia a cassação de mandatos legislativos, a demissão ou afastamento de quem atentasse contra a “segurança do país” e suspendia direitos políticos por dez anos. Permitiu que militares na ativa se candidatassem à presidência da República e determinava a eleição indireta para presidente e vice-presidente dentro de dois dias. A primeira frase do preâmbulo estabelecia ser “indispensável fixar o conceito do movimento civil e militar que acaba de abrir ao Brasil uma nova perspectiva sobre o seu futuro”. Rio de Janeiro, 8 de abril de 1964. Correio da Manhã

Por ordem do Departamento de Ordem Política e Social (Dops) policiais invadem salas do deputado Hercules Correa, do PTB, no edifício Marquês de Herval no Centro do Rio de Janeiro. Foram apreendidas máquinas de escrever e caixas de material considerado “subversivo”. Rio de Janeiro, 9 de abril de 1964. Correio da Manhã





Famíliares de presos políticos comparecem à redação do jornal *Correio da Manhã* para apelar ao presidente Castelo Branco pela liberdade dos operários detidos no presídio de Neves em Niterói. Rio de Janeiro, 22 de agosto de 1964. *Correio da Manhã*



No dia 17 de setembro os escritores e jornalistas Ferreira Gullar, Dias Gomes, Geir Campos, Édson Carneiro e Alex Viany tiveram suas casas invadidas por militares que “folhearam livros e cadernos escolares, arrancaram fotografias de álbuns familiares, reviraram quadros nas paredes e quebraram lâmpadas, sempre em busca de ‘material subversivo’”. As famílias foram impedidas de anotar os itens retirados das residências e mantidas sob ameaça por oficiais, sargentos e soldados. Militares invadem a casa do poeta Ferreira Gullar. Rio de Janeiro, 18 de setembro de 1964. Correio da Manhã

Apresentação de armas e material “subversivo”. Setembro de 1964

Livros apreendidos na Universidade de Brasília. [1964]

Primeiro presidente a abrir o ciclo de generais, só encerrado com Figueiredo em 1985, Humberto Castelo Branco (1897-1967) serviu com a FEB na Itália durante a Segunda Guerra Mundial. Diretor de Ensino e Formação do Exército em 1960, dois anos depois foi promovido a general de exército, passando a comandante do IV Exército em Recife. Em 11 de abril, sustentado por nove partidos, recebeu no Congresso Nacional 361 votos, entre os quais 123 do PSD, 105 da UDN e 53 do PTB. Carlos Lacerda recebe Castelo Branco no Rio de Janeiro. [1964]

De autoria de Oduvaldo Viana Filho, Paulo Pontes, Armando Costa e Augusto Boal, o espetáculo *Opinião* estreia em dezembro de 1964, no Teatro de Arena do Super Shopping Center de Copacabana, que logo se tornaria o Teatro Opinião. Produzido pelo Teatro de Arena de São Paulo, tinha entre seus autores antigos membros do Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes (UNE), posto na ilegalidade. Sem recursos cenográficos, com direção musical de Dori Caymmi, mesclava depoimentos e músicas como *Deus e o diabo na terra do sol* de Sérgio Ricardo, *Carcará* de João do Vale e *Opinião*, de Zé Keti: “Podem me prender/Podem me bater,/ Podem até deixar-me sem comer,/Que eu não mudo de opinião”. Augusto Boal, Nara Leão e Zé Keti no show *Opinião*. Rio de Janeiro [1964]. Correio da Manhã

O embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Lincoln Gordon, com o presidente Castelo Branco. Agosto de 1965. Correio da Manhã



Não pretendo recuar, pois, senhor presidente, do caminho que até agora venho seguindo. Continuo ao lado dos trabalhadores. Apenas mudo de trincheira. (...) custe o que custar, estarei sempre fiel aos princípios da política social de Vossa Excelência, visando proporcionar ao trabalhador uma vida mais digna e mais humana.

Palavras de João Belchior Marques Goulart, ministro do Trabalho, ao presidente Getúlio Vargas em sua carta de renúncia. Um dos muitos momentos de tensão que enfrentaria em sua trajetória política. Nascido em São Borja, no Rio Grande do Sul, Jango, como era chamado, bacharelou-se em direito, embora jamais tenha exercido a advocacia. Preferiu dedicar-se às atividades agropecuárias da família, notável proprietária de terras. Pelas mãos do conterrâneo Getúlio Vargas tem início sua carreira política. Em 1946, obtém a primeira vitória nas urnas, como deputado estadual pelo recém-criado Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) – que se pretendia um partido de massa assentado em bases sindicais construídas ao longo do Estado Novo, sob a liderança do ex-presidente. Jango, braço-direito de Getúlio, torna-se um dos principais articuladores de sua campanha de retorno ao governo. Vargas vence as eleições em 1950 e Goulart conquista o mandato de deputado federal pelo Rio Grande do Sul. Bastante atuante no partido, desde seu ingresso, João Goulart assume a presidência do diretório nacional do PTB em 1952. Em razão de sua destacada capacidade de negociação com o meio sindical, o presidente Getúlio recorre ao seu afilhado político diversas vezes na resolução de conflitos. Em 1953, diante de um quadro de inflação crescente, eclode em São Paulo a chamada Greve dos Trezentos Mil, seguida por uma forte greve dos marítimos

em diversas cidades do país. Em franca discordância com a política de enfrentamento adotada pelo seu ministro do Trabalho, e ameaçado de perder o controle da estrutura sindical, Vargas o substitui por João Goulart. Jango notabilizou-se pela quebra de protocolo, recebendo em seu gabinete sindicalistas, trabalhadores e populares. Exerceu como nunca sua habilidade de negociador, aproximando o governo dos sindicatos, e apostando em uma política de concessões. Sofreu permanente crítica da oposição conservadora, capitaneada pela União Democrática Nacional (UDN), sendo acusado de insuflar greves, articular a luta de classes e de planejar a construção de uma “República sindicalista” no país. Por outro lado, a pressão dos movimentos sociais sobre o governo também crescia, na proporção do aumento do custo de vida. Buscando garantir o apoio popular, o ministro encampa a proposta de aumento de cem por cento no salário mínimo. A reação é brutal entre setores civis e militares, culminando com a exoneração de Jango. Goulart, entretanto, permanece próximo ao presidente, atuando como iminência parda do Ministério. Em 23 de agosto de 1954, recebe das mãos de Vargas um envelope lacrado. Era uma cópia da carta-testamento. Diante da crise política desencadeada pelas trágicas circunstâncias da morte de Getúlio, PSD e PTB selam uma aliança para as eleições de 1955, tendo Juscelino Kubitschek como presidente e João Goulart como vice. A coalizão, embora vitoriosa, enfrenta ferrenha oposição de parcela das elites empresariais e políticas, mais uma vez, sob a liderança da UDN. Voltaria à vice-presidência, ironicamente, no governo de Jânio Quadros, candidato udenista às eleições de 1960. Principal herdeiro político de Vargas, identificado com a continuidade do projeto trabalhista, reformista e nacionalista, a figura de Goulart permanecia sendo vista com temeridade pelos grupos mais conservadores da sociedade brasileira.

MARIANA LAMBERT

Getúlio Vargas, eleito presidente da República, seu filho, Manoel Sarmanho Vargas em companhia de João Goulart, também recém-eleito deputado federal pelo Rio Grande do Sul. S.I., 1º de janeiro de 1951. João Goulart





João Goulart, ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, discursa em palanque durante visita a Pernambuco. S.l., 25 de outubro de 1953. João Goulart

As roupas produzidas e consumidas no período que se estende de meados dos anos 1950 à primeira metade da década de 1960 são um convite à reflexão sobre as relações de gênero, a sexualidade, o protagonismo da juventude, a inserção feminina nas universidades e no mundo do trabalho. Na indumentária de homens e mulheres fica evidente o papel que o cinema, os músicos e grupos de rock-and-roll e a literatura e a estética *beatnik* possuíam na conformação dos novos padrões de comportamento, ajudando a quebrar regras que se expressavam no que tange à moda, na obrigação de seguir os ditames da alta-costura, em vigor por cerca de cem anos.

Em realidade, a moda do período em questão está no cruzamento entre os rígidos padrões de elegância e de bom gosto vigentes, sobretudo, no pós-guerra, sintetizados no que se convencionou chamar *new look*, Christian Dior, e mudanças na aparência que emergiam, graças às indústrias de roupas prontas – o *prêt-à-porter* – que permitia a aquisição de peças a preços mais acessíveis, as primeiras boutiques e suas propostas autorais, a popularização das tendências nas lojas de departamento, inclusive no Rio de Janeiro, onde a Sears, estabelecida na cidade desde 1947, possibilitava a aquisição de itens como as calças jeans.

A imprensa também terá um papel fundamental nas mudanças de comportamento e na popularização dos estilos de vestimentas: surgem novas revistas (Cláudia e Manequim), ampliam-se os cadernos femininos e colunas de moda ilustradas com fotografias de desfiles. Nesses veículos discutem-se temas relacionados às relações afetivas, a educação dos filhos, a sexualidade. Outra pauta do período é a “democratização” da beleza, acessível, entre outros meios, pela ginástica, a dieta e o uso de cosméticos, este, especialmente, após a chegada da empresa Avon ao país, em 1959.

De todo modo, se uma parcela da população brasileira – as camadas médias das áreas urbanas – experimentava mutações na sociabilidade que se traduziam numa diversidade nas roupas, ampliada com a entrada dos fios sintéticos no Brasil, os estratos mais baixos continuavam a utilizar tecidos como o algodão e a fazer, eles próprios, as suas vestimentas ou encomendá-las às costureiras. Os grupos de maior poder aquisitivo, por sua vez, mantinham o costume de se vestir à francesa, adquirindo roupas e acessórios em viagens ao exterior ou em lojas como a Casa Canadá, no Rio de Janeiro.

Fugindo a esse padrão, ou melhor, mesclando a alta-costura internacional e a moda brasileira, estava Maria Thereza Goulart, a jovem esposa de Jango que, para boa parte da imprensa, era uma espécie de Jackie Kennedy latina. Se a primeira-dama norte-americana vestia-se com Oleg Cassini, Maria Thereza apostava em Denner, além da mencionada Canadá e da *maison* francesa Jacques Heim, então com uma filial no Rio. Aos poucos e, fazendo eco ao nacionalismo de João Goulart, Maria Thereza vai ajudar a constituir o campo da moda no Brasil, mesmo que Denner não fosse exatamente um exemplo de criador desligado das tendências internacionais. O que importa destacar na relação entre ela e Denner é a capacidade do costureiro em mobilizar os agentes do sistema da “produção de bens sagrados”, na expressão do sociólogo Pierre Bourdieu: jornalistas, clientes e os outros criadores que legitimavam a concorrência. Maria Thereza, por sua vez, jovem, morena e com uma visível sensualidade, evidenciava, com suas escolhas, uma capacidade de quebrar os padrões estabelecidos – dentro, é claro dos limites que sua posição lhe impunha. Uma interessante simbiose, que nos permite examinar como a cultura das aparências pode ajudar a definir o nacional: imagens de roupas feitas por brasileiros e usadas por brasileiras como ela se tornam estratégicas na formação de novas subjetividades femininas.

João Goulart, ministro do Trabalho visitando o interior do Ceará. Crato, outubro de 1953. João Goulart



Maria Teresa Goulart durante viagem ao Canadá. S.I., maio de 1956. João Goulart



Posse do presidente Juscelino Kubitschek e de seu vice, João Goulart. Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1956. Agência Nacional

Desembarque de João Goulart e sua esposa Maria Teresa em retorno de viagem à Suíça. Rio de Janeiro, 16 de julho de 1957. João Goulart



No final do governo JK, as perspectivas de continuidade da política desenvolvimentista implantada pelo Partido Social Democrático (PSD) desde 1956 pareciam muito tênues. Tampouco a corrente trabalhista, herdeira direta de Getúlio Vargas, conseguia aglutinar a massa urbana em ascensão e capitalizar a insatisfação popular com a alta da inflação. A aliança PTB-PSD, vitoriosa em 1956, mais uma vez lançaria um candidato à Presidência da República – o general Henrique Lott, em chapa composta ainda por João Goulart para a vice-presidência, que desta vez sairia derrotada das urnas.

Em abril de 1959, o Movimento Popular Jânio Quadros se organiza e pouco depois o Partido Trabalhista Nacional lança seu nome à Presidência da República. Atraída pela popularidade de Jânio – cuja campanha era calcada em uma imagem de homem acima dos partidos e brilhante administrador – e instigada pela ausência de nomes em suas próprias fileiras que pudessem derrotar a aliança governista, a UDN decide-se pelo apoio ao ex-governador de São Paulo.

Vitoriosa a “aliança” Jan-Jan (um movimento extraoficial em prol dos candidatos de chapas diferentes, Jânio e Jango), Jânio parecia indicar, no apoio ao fortalecimento da Petrobras e na política externa independente, que não seguiria à risca os preceitos da UDN. Desde o início do governo, em janeiro de 1961, essas divergências tornaram-se claras.

A renúncia de Jânio, em 25 de agosto de 1961, surpreendeu grande parte da Nação, que nele votara. Em 30 de agosto, os três ministros militares em exercício emitiram um comunicado contra a posse de Jango, cuja ascensão ao cargo máximo da República representava um pesadelo para a UDN e os setores que ela representava – parcelas das classes médias, empresariado, grandes proprietários. Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara dos Deputados, assumiu o cargo interinamente, uma vez que Jango encontrava-se em viagem oficial à República Popular da China. Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul e também trabalhista, inicia uma campanha pela legalidade, exigindo respeito à constituição. Diante do impasse, foi negociada uma emenda parlamentar: o Congresso aprovou, por 253 votos contra 55, a Emenda Constitucional n. 4, que instalou o parlamentarismo, limitando os poderes presidenciais.

Tancredo Neves foi primeiro-ministro de setembro de 1961 até junho de 1962, quando o presidente enviou ao Congresso o nome de Santiago Dantas para substituí-lo. No entanto, o parlamento rejeitou seu nome, considerado demasiado à esquerda pela oposição e mesmo entre alguns setores da base governista. O nome de Brochado da Rocha surgiu como opção, mas ele permaneceu menos de quatro meses no cargo. O último primeiro-ministro de Jango foi Hermes Lima.

O parlamentarismo funcionou durante 16 meses de uma forma que muito se assemelhava, na prática, ao presidencialismo. Não apenas pela constante ingerência de Jango como pelos desacordos entre o gabinete e o Congresso, sem que o primeiro tenha sido desfeito. Mesmo assim, as restrições inerentes ao regime fizeram com que João Goulart pressionasse desde o início pela realização de um referendo popular sobre o sistema de governo a ser adotado. O plebiscito de 6 de janeiro de 1963 deu esmagadora vitória ao retorno do presidencialismo.

VIVIANE GOUVÊA

Em fevereiro de 1960, o marechal Henrique Lott, pelo PSD, compôs uma chapa com João Goulart para presidente e vice-presidente da República, respectivamente. A aliança PSB-PTB já havia sido bem sucedida nas eleições de 1955, levando JK e Jango aos mais altos cargos da República. Leonel Brizola, correligionário de João Goulart e governador do Rio Grande do Sul na época da campanha presidencial de 1960, acabou por se tornar uma peça chave no complicado jogo político que dominaria o governo de Jango. Rio de Janeiro, agosto de 1959. Correio da Manhã





Comício de Jango na Bahia em campanha pela vice-presidência. Alagoínhas, 27 de agosto de 1960. Correio da Manhã

Comício de campanha de Henrique Teixeira Lott e João Goulart. S.I., 1960. Correio da Manhã



Diplomação de Jânio Quadros como presidente da República e de João Goulart como vice-presidente, no Superior Tribunal Eleitoral. Brasília, 31 de janeiro de 1961. Agência Nacional



À frente da Missão Comercial Brasileira, o vice-presidente João Goulart é recepcionado na capital chinesa pelo vice-presidente Tung Pi-Vu e pelo primeiro-ministro Chu En-Lai. Pequim, 24 de agosto de 1961. Correio da Manhã



Após sua tumultuada posse, João Goulart encontrou um país endividado junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI), com inflação descontrolada, salários arrojados e greves e manifestações eclodindo a cada momento. Diante desse quadro, o presidente procurou ampliar a base política do governo, em uma tentativa de conciliar os interesses dos partidos e demonstrar a seriedade de suas propostas. Não se deve esquecer que Jango assumiu a presidência em regime parlamentarista, e seu primeiro-ministro, Tancredo Neves, seria a face executiva do governo.

Em meio à polarização ideológica durante a Guerra Fria, a retomada de relações com a China, a Iugoslávia e a União Soviética e o apoio dado ao regime de Fidel Castro representaram uma ameaça à política norte-americana de conter o avanço do comunismo e alinhar toda a América Latina a sua posição ideológica e a seus interesses econômicos. Em 1962 o presidente João Goulart viajou aos Estados Unidos a fim de negociar as dívidas e obter novos empréstimos junto ao FMI para sanear as finanças públicas e convencer o presidente Kennedy de seu compromisso com a democracia.

De volta ao Brasil, tendo deixado uma boa imagem na América, mas sem os empréstimos esperados, Jango convocou o economista Celso Furtado para ser seu ministro extraordinário do Planejamento e elaborar um plano econômico que contivesse a inflação, o déficit público, ao mesmo tempo promovendo o desenvolvimento. Nasceu assim o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, uma semana antes da vitória do presidencialismo nas urnas do plebiscito. O Plano fracassou, pois embora o ministro da Fazenda San Tiago Dantas tenha se esforçado para segui-lo, não conseguiu impor as medidas de rígido controle das contas públicas, o índice de inflação ultrapassou as metas, e em face disso a situação do Brasil junto ao FMI se agravou. Também não ajudava o fato de Jango, pressionado pelos sindicatos e pelo PTB, negociar aumentos salariais com diversas categorias.

As *reformas de base* foram a grande empreitada à qual Jango se dedicou. Essas seriam, entre outras, as reformas agrária, educacional, tributária, política e constitucional, que previam a desapropriação de

terras improdutivas para a agricultura familiar; a implementação de um projeto filosófico para a educação em todos os níveis, a reforma da tributação, equilibrando os impostos entre os mais pobres e os mais ricos, e o controle sobre o capital gerado no Brasil e enviado para o exterior pelas empresas multinacionais. No âmbito político, previa o direito de voto a analfabetos e soldados, a livre criação de partidos, a legalização do Partido Comunista e a concessão aos militares do direito de elegibilidade. Para tanto, era preciso uma reforma constitucional e o apoio de todos os partidos

Algumas conquistas se destacaram em seu governo, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a criação da Universidade de Brasília, o 13º salário para os trabalhadores, a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), a inauguração da hidrelétrica de Três Marias, da siderúrgica Usiminas, para citar apenas algumas.

Mas nem tudo era crise naqueles anos. Em 1962, no Chile, o Brasil sagrava-se bicampeão mundial de futebol, feito inédito, ganhar duas Copas seguidas! Nem mesmo o presidente resistiu ao clima de expectativa e festa que dominou o país com a conquista. O ano de 1962 foi igualmente vitorioso para o cinema brasileiro: o *Pagador de promessas*, de Anselmo Duarte, baseado na peça de Dias Gomes, ganhou a Palma de Ouro no Festival de Cannes. O início da década de 1960 vê a bossa nova florescer e cair no gosto popular, em paralelo ao ressurgimento do samba do morro, trazido para o asfalto por artistas como Nara Leão. Essa mistura de artistas e ritmos acabaria gerando um outro gênero musical a partir do Golpe, a *música de protesto*.

Nos meses que antecederam o fim do governo, o estado crítico da economia acirrou as insatisfações da sociedade. Pressionado pelas ruas, imobilizado pelo Congresso, Jango não conseguiu controlar a situação porque se recusava a ferir os direitos e as pautas legítimas dos trabalhadores, mas também revelou-se inábil com os grupos que o combatiam. Apesar de ter procurado se aproximar de alguns setores e elementos das Forças Armadas, como o general Castelo Branco, por ele nomeado Chefe do Estado-Maior do Exército, não conseguiu conter a conspiração para derrubá-lo.

RENATA WILLIAM

Apesar da pressão exercida pelos ministros militares, pelos udenistas e setores conservadores e de direita, a Campanha pela Legalidade, liderada pelo então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, conseguiu mobilizar militares, estudantes, trabalhadores, políticos, religiosos, enfim, grupos importantes da população que exigiam a posse de Jango e o respeito à democracia. A saída encontrada pelos militares e pelo Congresso foi a introdução de um governo parlamentarista no Brasil, no qual o presidente assumiria, mas não governaria de fato. Como primeiro ministro foi escolhido pelos parlamentares, o ex-deputado e ex-ministro do PSD, Tancredo Neves, que ajudou na articulação desta saída para a crise.

Primeira reunião do Conselho de Ministros com o presidente João Goulart e seu primeiro ministro, Tancredo Neves, a sua direita (sentado). De pé está seu aliado e secretário de imprensa, Raul Ryff, e à esquerda, o procurador geral da República, Antônio Balbino. Brasília, 8 de setembro de 1961. Correio da Manhã





A União Nacional dos Estudantes aderiu à Campanha da Legalidade. Durante o período de interregno, entre a saída de Jânio e a posse de Jango, a UNE transferiu provisoriamente sua sede para Porto Alegre, onde se reuniram os setores a favor da Legalidade, retornando depois ao Rio de Janeiro. Menos de um mês depois da posse, o presidente João Goulart e o primeiro-ministro Tancredo Neves visitam a sede da UNE em retribuição ao apoio recebido naquele momento crítico. Jango foi o primeiro presidente do Brasil a visitar a UNE.

Presidente Jango visita a sede da UNE. Rio de Janeiro, 23 de setembro de 1961. Correio da Manhã



A ideia de fundar uma universidade de vanguarda na nova capital foi um sonho acalentado pelo antropólogo Darcy Ribeiro e pelo educador Anísio Teixeira, que redigiram as bases e o modelo pedagógico da Universidade de Brasília. O plano era criar uma instituição inovadora no centro do país, que unisse novos métodos de ensino, modernas tecnologias, e pesquisas acadêmicas de profundidade e relevância social que pudessem mudar a realidade brasileira. Até que o decreto de criação fosse assinado pelo presidente João Goulart, o projeto da universidade custou a sair do papel e a entrar na pauta de votação da Constituinte. A UnB começou a funcionar de fato em 1962, ainda precariamente, quando foi lançado o Plano Orientador e, a convite de Anísio e Darcy, grandes cientistas, intelectuais, professores e artistas iniciaram as aulas nos novos cursos, apesar de protestos dos políticos e autoridades da capital, que não desejavam a presença de estudantes e de possíveis manifestações tão próximas à Esplanada dos Ministérios.

Presidente João Goulart assina o decreto de criação da Universidade de Brasília. Brasília, 16 de dezembro de 1961. Agência Nacional



Presidente João Goulart em visita ao porta-aviões Minas Gerais. O Minas Gerais, usado durante a Segunda Guerra, foi comprado em 1956 pelo presidente Juscelino Kubitschek à Real Marinha Britânica, para ser incorporado à Armada Brasileira. Meses antes desta foto, o porta-aviões foi designado para seguir para o sul do Brasil e ficar em prontidão na costa do Rio Grande do Sul visando a evitar a posse do presidente de direito João Goulart depois da renúncia de Jânio Quadros. S.I., dezembro de 1961. Correio da Manhã

A lei de Diretrizes e Bases da Educação estava prevista desde a Constituição de 1934, inspirada no princípio liberal democrático defendido pelos intelectuais do movimento da Escola Nova, que entendiam a educação como instrumento de transformação da sociedade e do indivíduo, baseada numa perspectiva libertadora, e ministrada na escola pública, laica, gratuita, igual para todos. Essa concepção de educação e escola enfrentava resistência e oposição da Igreja católica e de setores conservadores, além de resistências internas na Câmara e no Senado, que fizeram com que o projeto ficasse mais de dez anos parado, até que a Constituinte de 1959 o retomou, em outras bases. De um lado, uma vertente que defendia a centralização da educação no governo federal, que implementaria um plano único, de caráter nacionalista, conduzido pelo Estado; de outro lado, a dos que defendiam uma educação de cunho liberal, neste caso, não monopolizada pelo Estado, ministrada também por instituições privadas, católicas, geridas pela família, sem obrigatoriedade ou ingerência do governo. Essa última proposta, vencedora na nova lei, não estabelecia de fato as bases e diretrizes filosóficas da educação; previa regras para a educação ser desenvolvida, mas continha uma noção de democracia e liberdade muito diferente da propagada pelos pioneiros da Escola Nova. Presidente João Goulart sanciona a Lei 4.024 de Diretrizes e Bases da Educação, aprovada pelo Congresso em 20 de dezembro de 1961. Brasília, 22 de dezembro de 1961. Agência Nacional





Quando chegou ao Brasil em 1961 para assumir o cargo de embaixador dos Estados Unidos, Lincoln Gordon já havia participado de importantes ações e instituições responsáveis pelo acirramento da polarização ideológica durante a Guerra Fria; atuava na “vigilância” dos governos dos países latinoamericanos e de suas aproximações com o socialismo e o comunismo.

Pouco antes desse registro fotográfico, Gordon e o presidente João Goulart já vinham enfrentando diferenças e atritos políticos. Quer fosse pelas condições impostas pelo governo norte-americano para fornecer auxílio financeiro ao Brasil, quer fosse pelo incômodo causado pela política externa independente, que fez com que o Brasil se recusasse a participar do embargo econômico ao regime revolucionário de Fidel Castro em Cuba. O estado de insegurança econômica no Brasil, aliado ao clima de insurgência social, às relações estreitas entre o presidente e os diversos grupos de esquerda acabaram por aproximar Gordon e a parcela das Forças Armadas que conspirava para a deposição do presidente Goulart, assim como setores de direita e políticos descontentes com o governo. À medida que o golpe se avizinhava, Gordon garantiu, com anuência de Washington, apoio logístico e militar, se necessário, aos golpistas.

Presidente João Goulart recebe o embaixador dos Estados Unidos, Lincoln Gordon, no Palácio das Laranjeiras. Rio de Janeiro, 1º de fevereiro de 1962. Agência Nacional



O presidente John Kennedy recebe o presidente brasileiro em sua chegada aos Estados Unidos. Neste mesmo dia, os presidentes tiveram uma longa conversa, que quebrou todos os protocolos da viagem, adiando diversas outras atividades de João Goulart. Na reunião debateu-se, principalmente, a postura independente do país em questões externas, a participação do Brasil na Aliança para o Progresso e sua adesão ou não aos princípios norteadores do pacto, e, principalmente, a postura do governo de não aceitar intervenções militares ou bloqueios econômicos a Cuba. Em um dos momentos mais acirrados da Guerra Fria, no qual uma posição independente poderia ser considerada simpatia pelo outro lado, João Goulart procurou reforçar os laços de amizade com Kennedy e com a nação norte-americana, defendendo a liberdade dos povos, o princípio da soberania e o respeito incondicional à democracia.

Presidente John Kennedy recebe o presidente João Goulart na Base Aérea Andrews. Entre eles, o tenente-coronel Charles Murray Jr., chefe da guarda. Foto Agência Nacional. Washington, 3 de abril de 1962. Correio da Manhã





Concurso de Miss Brasil 1962, realizado no estádio do Maracanãzinho. A grande vencedora da noite foi a baiana Maria Olívia Rebouças, quinto lugar no concurso de Miss Universo do mesmo ano. Os concursos de Miss eram muito populares nas décadas de 1950 e 1960, chegando a serem considerados os segundos maiores eventos do país, atrás apenas da Copa do Mundo. Concurso de Miss Brasil no Maracanãzinho. Rio de Janeiro, 19 de junho de 1962. Correio da Manhã

A Copa do Mundo de futebol de 1962 foi disputada no Chile; naquele ano, o Brasil era considerado favorito, não só por seu excelente time, com Pelé, Garrincha, Didi, Amarildo, Vavá, Zagallo, entre outros, mas também por ter conquistado a Copa de 1958 na Suécia. O primeiro jogo foi contra o México, e o Brasil venceu. Mesmo perdendo Pelé, machucado na segunda partida, a seleção conquistou o Bicampeonato mundial graças ao gênio de Garrincha, e firmou-se como uma potência do futebol. Nem mesmo o presidente Jango escapou de torcer a favor da seleção, ainda que em um radinho no gabinete. Presidente João Goulart escuta a partida de estreia do Brasil na Copa do Chile, contra o México. Brasília, 30 de maio de 1962. Correio da Manhã



A jovem primeira dama do país, Maria Thereza Goulart, chamou atenção nos anos em que acompanhou o marido na vida pública, alguns momentos foram marcantes, como o Comício da Central do Brasil. Bem mais nova que Jango, filha de uma família de pequenos fazendeiros no sul do país, casou-se aos 15 anos de idade. Era frequentemente comparada a Jackeline Kennedy, primeira dama norte-americana, ambas jovens, de boas famílias e muito belas. Tornou-se referência em termos de figurinos, penteados e comportamento glamoroso para as mulheres da época. Esteve à frente da LBA (Legião Brasileira de Assistência), criada em 1942 por Darcy Vargas, e presidida sempre pelas primeiras damas. Nesta função, promoveu diversas atividades e eventos beneficentes para arrecadar fundos para auxílio aos mais pobres. Com o Golpe, fugiu do país levando os dois filhos para o Uruguai, onde se encontrou com o marido, e juntos permaneceram no exílio até a morte de João Goulart, em 1976.

Maria Thereza Fontella Goulart em evento social. Foto Agência Nacional. Rio de Janeiro, [1961-1964]. Arquivo João Goulart





O presidente João Goulart inaugura duas turbinas da recém-construída hidrelétrica de Três Marias, na região central do estado de Minas Gerais, usando as águas do rio São Francisco. Essa hidrelétrica representou um salto significativo no fornecimento de energia para o país naquele momento, mas não somente. Além da eletricidade produzida, favorecia a navegabilidade do rio, controlava o fluxo e as enchentes e permitia avanços na irrigação e

agricultura. Com o passar dos anos foi superada em produção energética por outras usinas, tornando-se quase obsoleta em termos de fornecimento e tecnologia, mas ainda mantém grande importância no controle da vazão do Velho Chico. Minas Gerais, 25 de julho de 1962. Agência Nacional

João Goulart inaugura mais uma obra no interior de Minas Gerais, em Ipatinga, na trilha do processo de industrialização iniciado no governo Juscelino Kubitschek. Na origem, uma empresa estatal, a Usiminas foi criada para ser uma grande siderúrgica e hoje é um importante complexo produtor de aço para o Brasil e exterior. Seu capital foi logo aberto a acionistas estrangeiros e privados que, em pouco tempo, assumiram seu controle majoritário. O início das operações foi difícil. Situada no interior do estado, com escassos recursos, mão de obra desqualificada, tecnologia defasada e más condições de trabalho, a indústria sofreu com muitos acidentes de trabalho e até mortes

nos canteiros de obras, onde os trabalhadores não tinham a mínima assistência. Péssimas condições de moradia, trabalho, alimentação e salários acabariam por culminar em revoltas e greves, que foram violentamente reprimidas pela polícia. Em 1963, aconteceu o “massacre de Ipatinga”, quando a força policial abriu fogo contra os operários usando metralhadoras, ferindo e matando muitos deles.

Presidente João Goulart acende o primeiro alto forno e inaugura a Usina Intendente Câmara. Ipatinga/MG, 26 de outubro de 1962. Agência Nacional



Em visita à cidade de Campina Grande, Paraíba, Jango recebeu o título de cidadão Campinense e a faixa de Presidente da Legalidade. No discurso, insistiu na importância das reformas de base e, sobretudo, da reforma agrária. Reafirmou que realizaria tais reformas pela via democrática e que ajudaria os homens do campo, sem desapropriar terras privadas, negando algumas vezes qualquer ligação de suas ações com o comunismo. O presidente mantinha o discurso conciliador que lhe era peculiar: dirigindo-se aos trabalhadores rurais, muitos ligados às ligas camponesas, afirmava a importância da reforma agrária, defendia que esta deveria ser feita dentro da legalidade democrática, sem prejuízo dos direitos dos proprietários. Para as classes médias e mais conservadoras da sociedade, falava em combate ao subdesenvolvimento e proteção dos recursos nacionais. Campina Grande/PB, 30 de julho de 1962. Correio da Manhã



Desde o final do ano de 1962 as pressões para o retorno ao regime presidencialista se avultaram entre os meios políticos, trabalhistas e setores da população. Especialmente porque para concretizar o Plano Trienal e as Reformas de Base, eram necessárias mudanças na Constituição e um braço mais forte no poder Executivo. As pressões culminaram na realização de um plebiscito em 6 de janeiro de 1963, no qual a vitória do presidencialismo foi esmagadora.

Panfleto pela volta do presidencialismo, para que as reformas de base pudessem ser executadas. Rio de Janeiro, janeiro de 1963. Correio da Manhã



Nelson Rodrigues foi dos maiores escritores e dramaturgos brasileiros, e provavelmente o mais polêmico. Ainda em vida, foi do céu ao inferno, sendo celebrado e execrado por suas obras e opiniões reacionárias e pouco ortodoxas, até virar uma quase unanimidade depois de sua morte, quando seu gênio literário e teatral é reconhecido e celebrado. Essa peça, encenada pela primeira vez em 1962 no Rio de Janeiro e levada ao cinema no ano seguinte, faz parte de sua produção situada no subúrbio carioca, revelando, debaixo de camadas de conservadorismo, os desejos, as perversões sexuais, os tabus, a falsa felicidade familiar que permeiam este universo e demonstram a hipocrisia da sociedade. Intitulada *Otto Lara Resende*,

em virtude de o personagem principal citar recorrentemente uma frase do escritor, que acaba por dar a moral da história, a obra ficou imortalizada como *Bonitinha, mas ordinária*, e foi reencenada e refilmada várias vezes desde a estreia.

Cena da peça *Bonitinha, mas ordinária* ou *Otto Lara Resende*, de Nelson Rodrigues, dirigida por Eros Martim Gonçalves, encenada pela primeira vez no Teatro Maison de France, com Léa Bulcão, Tereza Rachel e Carlos Alberto nos papéis centrais. Rio de Janeiro, 9 de dezembro de 1962. Correio da Manhã

Não era a primeira vez que Jango comemorava o 1º de maio no restaurante do SAPS, Serviço de Alimentação da Previdência Social, na praça da Bandeira, Rio de Janeiro. O presidente naquela ocasião estava cercado de seu *staff*, inclusive de militares, provavelmente em uma tentativa de transmitir um tom conciliador e apaziguador aos grupos econômicos, políticos e ideológicos em intensa disputa naquele período. O presidente João Goulart almoça no restaurante do SAPS, Serviço de Alimentação da Previdência Social, em comemoração ao dia do trabalhador. Rio de Janeiro, 1º de maio de 1963. Agência Nacional



O jovem músico Edu Lobo desponta para a MPB e a bossa nova no início dos anos 1960. Freqüentador do famoso Beco das Garrafas, em Copacabana, já em 1961 compõe a primeira música de uma longa parceria com Vinícius de Moraes. A partir de 1964, Edu Lobo passa a compor trilhas sonoras para teatro e cinema, e suas músicas assumem um caráter mais político, em resposta ao momento de exceção vivido pelo Brasil. Entre os parceiros, Ruy Guerra, Gianfrancesco Guarnieri, Vinícius de Moraes, Ronaldo Bastos, Oduvaldo Vianna Filho, Chico Buarque e Capinan. Foi com este que Edu Lobo compôs a música vencedora do Festival da Canção de 1967, *Ponteio*, interpretada por Marília Medalha. Edu Lobo. S.I., 18 de maio de 1963. Correio da Manhã



A parceria entre Elizeth Cardoso e Vinícius de Moraes existia desde 1958 quando a cantora gravou o álbum *Canção do amor demais*, considerado o primeiro disco da bossa nova. Todo o repertório era formado por músicas de Vinícius e do jovem maestro Antonio Carlos Jobim, e contou com uma batida peculiar e inovadora do violão de João Gilberto na canção *Chega de Saudade*, imortalizada como “a” batida da bossa nova. Em 1963, é lançado o disco *Elizete interpreta Vinicius*, um dos mais importantes e vendidos da carreira da artista. O álbum contribuiu não somente para consolidar seu lugar de grande diva e intérprete da música popular brasileira, mas também para confirmar a bossa nova como estilo, além de consagrar o talento de Vinícius de Moraes para a música popular.

Vinícius de Moraes e Elizeth Cardoso. [Rio de Janeiro], 23 de junho de 1963. Correio da Manhã





O pagador de promessas, de autoria do escritor e dramaturgo Dias Gomes, foi encenada pela primeira vez em 1960 no Teatro Brasileiro de Comédia, TBC, com direção de Flávio Rangel. Esse espetáculo marca o triunfo de Dias Gomes no teatro, em um drama polêmico, cujos principais temas eram a intolerância e a hipocrisia no seio da sociedade brasileira, analisadas em um episódio que envolvia religião, sincretismo, terra e propriedade na Bahia. Um ano depois, *O pagador de promessas* é transformado em filme por Anselmo Duarte, e atinge um estrondoso sucesso mundial, sobretudo depois de ganhar a Palma de Ouro no Festival de Cinema de Cannes e ser indicado ao Oscar de melhor filme estrangeiro naquele ano de 1963. O diretor do filme, Anselmo Duarte, retorna do Festival de Cannes com a Palma de Ouro. S.I., 4 de julho de 1962. Correio da Manhã

Presidente João Goulart na Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), no Recife, assina atos e convênios que visavam o melhoramento econômico e social do Nordeste brasileiro. De pé, o ministro do Planejamento, o economista, professor e intelectual Celso Furtado, criador da SUDENE, em 1959, ainda no governo JK, e também do Plano Trienal, que propunha a realização das reformas de base no Brasil. Ao lado de Jango, o governador do estado de Pernambuco, o socialista Miguel Arraes, e no oposto da mesa, o antropólogo Darcy Ribeiro, então chefe da Casa Civil do governo João Goulart. Recife, 29 de julho de 1963. Correio da Manhã



Jango inaugura a Companhia Siderúrgica Paulista, discursa e recebe calorosa recepção dos trabalhadores. Apesar da crise instalada pela alta inflação, pela escassez de alimentos, pelas convulsões sociais e por uma forte campanha que associava o governo a grupos comunistas, boa parte da população apoiava o presidente e as reformas de base. As aparições públicas de Jango atraíam sempre multidões de trabalhadores e seguidores.

Presidente João Goulart é recebido por populares na inauguração da COSIPA, Companhia Siderúrgica Paulista. São Paulo, 18 de dezembro de 1963. Agência Nacional



Presidente João Goulart e a primeira dama, Maria Thereza Goulart, comparecem à recepção de gala oferecida ao corpo diplomático no Itamaraty. Foto Agência Nacional. Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1963. Correio da Manhã



Apesar das aparentes boas relações entre o presidente Jango e os militares, a tensão e as conspirações golpistas já existiam desde o governo de Juscelino Kubitschek, e só se agravaram entre o final de 1963 e o início de 1964. Embora os militares já conspirassem abertamente e se articularassem com outros setores civis, o presidente acreditava que tinha apoio de alguns grupos leais das forças armadas e da população. Almoço oferecido pelo presidente João Goulart, no Palácio das Laranjeiras, aos generais promovidos em novembro de 1963. Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 1963. Correio da Manhã

Década de intensa polarização, os anos 1960, no Brasil, foram palco de alianças e coligações partidárias e de mobilizações populares inspiradas pelos mais diversos matizes ideológicos. Na pauta do governo João Goulart, o enfrentamento de questões como reforma agrária, política externa, melhorias no ensino, avanços nas relações trabalhistas – as chamadas reformas de base, debatidas em meio a um cenário de grave crise econômica.

Na esfera partidária, o quadro político presente ao longo de todo o governo de João Goulart caracterizou-se pelo pluripartidarismo, com mais de dez legendas em funcionamento. Em um delicado jogo de forças, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Social Democrático (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN), ora em alianças, ora em oposição, lideravam esse cenário, tendo conseguido eleger mais de 80% dos senadores, nos pleitos de 1954 e 1958; 48% dos deputados federais em 1958; o presidente da República e o vice, em 1960. Quanto ao eleitorado, desde 1881, com a chamada Lei Saraiva, o voto dos analfabetos era proibido, interdição repetidamente confirmada por mais de um século até 1985. Assim, considerando-se que a taxa de analfabetismo entre a população de 15 anos ou mais era de 39,6%, no pleito de 1960 uma parcela expressiva da população brasileira não foi considerada apta a votar.

No meio rural, as relações sociais eram marcadas por conflitos agudos em que escrituras falsas, grilagem de terras, incêndios criminosos de plantações e casas, matança de animais, contratação de capangas armados para obter a venda de terras a preços irrisórios eram recursos frequentemente empregados. Essas disputas, antigas, acirraram-se e transformaram-se em um dos mais graves problemas sociais do país. A mobilização dos trabalhadores rurais, inicialmente atomizada, ganhou corpo com a formação de associações posteriormente aglutinadas sob o nome de Ligas Camponesas, movimento que lutava pela reforma

agrária radical. Iniciadas em Pernambuco, espalharam-se por diversos estados brasileiros, conferindo projeção nacional aos problemas do campo. Foram duramente reprimidas, inclusive com o uso da violência, tanto por parte do estado quanto dos latifundiários. A proposta de reforma, que sempre fora alvo de forte resistência por parte dos proprietários de terras, dos deputados da União Democrática Nacional (UDN) e do Partido Social Democrático (PSD), e de setores da Igreja católica foi encaminhada, pelo presidente João Goulart, ao Congresso Nacional que a rejeitou, abrindo espaço para que os embates recrudescessem.

Nas cidades, duas grandes forças políticas sobressaíam – a União Nacional dos Estudantes (UNE) e os sindicatos. Organizada em 1937, a UNE participou ativamente, durante os primeiros anos da década de 1960, do debate sobre a educação superior no Brasil. Entre suas principais bandeiras estavam a denúncia do caráter elitista desse nível de ensino que, em 1960, matriculava menos de um aluno por mil habitantes; a defesa do ensino público; a crítica à existência das cátedras vitalícias; a reivindicação de concursos públicos para admissão de professores; e a demanda por participação dos estudantes nos órgãos colegiados das universidades.

Os sindicatos de trabalhadores, existentes no país desde o início do século XX, experimentaram uma significativa projeção durante o governo João Goulart, com o qual mantinham um estreito canal de comunicação. Nesse período, ocorreu uma escalada dos movimentos grevistas, concentrados no setor público e espalhados por diversas regiões do país, reivindicando tanto questões trabalhistas quanto políticas. Após o golpe que derrubou o presidente João Goulart e nos anos que se seguiram, mandatos parlamentares foram cassados, os partidos políticos extintos e muitos dos seus membros presos, o mesmo acontecendo aos dirigentes da UNE e dos sindicatos. O debate público também foi golpeado em 1964.

DENISE BASTOS

Polícia expulsa família de terras ocupadas. Pernambuco, 12 de janeiro de 1961. Correio da Manhã





Posseiros do povoado de São José da Boa Morte decidem pegar em armas e lutar pelas terras após terem sido despejados. Cachoeiras de Macacu/RJ, novembro de 1963. Correio da Manhã

Francisco Julião, nascido em família proprietária de engenho em Pernambuco, bacharelou-se em direito e passou a defender, ainda na década de 1940, as causas camponesas no estado. Ingressou no Partido Socialista Brasileiro (PSB), pelo qual se elegeu deputado estadual, e na sua prática como advogado visitava engenhos, buscando organizar os trabalhadores. Sua atuação foi fundamental para a formação das Ligas Camponesas. S.I., setembro de 1963. Correio da Manhã



Assembleia do Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários e Anexos do Estado da Guanabara decide a realização de uma greve geral por melhores salários. [Rio de Janeiro], 10 de outubro de 1961. Correio da Manhã

O "Trem da Carestia", recoberto de cartazes com dizeres sobre o aumento do custo de vida, foi promovido pelas Ligas Femininas do Estado da Guanabara com o apoio da Federação Nacional dos Ferroviários e de vários sindicatos. [Rio de Janeiro], 8 de março de 1963. Correio da Manhã





O recém-empossado presidente da UNE, José Serra. São Paulo, 30 de julho 1963. Correio da Manhã

O presidente João Goulart discursa para estudantes no Fundão. Rio de Janeiro, 23 de agosto de 1963. Correio da Manhã



Comício marcando o aniversário da morte de Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 24 de agosto de 1963. Correio da Manhã

Greve dos bancários. Rio de Janeiro, 13 de setembro de 1963. Correio da Manhã





Comício de Jango. Recife, setembro de 1963. Correio da Manhã

Estudantes da Faculdade Nacional de Filosofia. Rio de Janeiro, novembro de 1963. Correio da Manhã



Primeira comemoração do Dia do Trabalho sob a ditadura militar. S.I., 1º de maio de 1964. Correio da Manhã

Exílio

Milhares de brasileiros – políticos, militantes de movimentos sociais, religiosos, intelectuais, artistas, estudantes – deixaram o Brasil durante o último período de exceção. Alguns se refugiaram em um exílio auto imposto pelo medo, pela desesperança, pela falta de alternativas e oportunidades. Outros, com seus direitos políticos cassados, pediam asilo oficial em diferentes países. Muitos partiram em uma verdadeira peregrinação, em certos casos, em trágicas trajetórias que percorriam países da América do Sul que pouco a pouco sucumbiam à onda de golpes – Chile, Uruguai, Argentina. Outros foram para terras mais distantes: França, Inglaterra, Estados Unidos, Itália, onde por vezes continuavam a se envolver, de alguma forma, com os acontecimentos em seu país de origem.

A maioria se sentiu segura para voltar apenas em 1979, quando a lei de Anistia para todos, “ampla, geral e irrestrita,” propôs-se a passar uma borracha nas acusações que antes lhes tinham sido imputadas.



O exílio de João Goulart¹

Deposto, João Goulart parte para o exílio no Uruguai, onde chega em 4 de abril de 1964. Dono de fazendas e frigoríficos no país, Jango continua a acompanhar de perto a evolução dos acontecimentos no Brasil. Processado sem direito efetivo de defesa e a sua revelia, adoece e passa por ciclos de intensa depressão. Recupera-se, entretanto, e tenta articular, com JK e seu velho inimigo Carlos Lacerda, uma Frente Ampla em prol do retorno à democracia.

A Frente não só fracassa como o regime se torna cada vez mais autoritário, e cresce o número de cassados e exilados. Depois do AI-5, a lista de desaparecidos cresce assustadoramente.

João Goulart jamais deixou de ser alvo de preocupação intensa dos governos militares. No Uruguai ou na Argentina, onde passou a residir em 1973, o presidente deposto era constantemente vigiado por pessoas que o cercavam, como demonstra documentação disponibilizada ao público no Arquivo Nacional, fundo SNI. Sua morte, em dezembro de 1976, desperta suspeitas até hoje: embora não tenha sido realizada uma necropsia, a versão oficial apontava para um enfarto, e de fato, Jango há anos era atormentado por problemas cardíacos. Contudo, em 2014 seus restos mortais foram enviados para laboratórios especializados na esperança de que um laudo conclusivo venha esclarecer se sua morte teve causas naturais ou se o ex-presidente foi mais uma vítima da Operação Condor.

VIVIANE GOUVÊA

João Goulart e seu filho João Vicente. Montevideu, 4 de maio de 1964. Correio da Manhã.

João Goulart, Celso Furtado e Miguel Arraes se encontram no exílio. S.I, 1º de abril de 1965. Correio da Manhã





João Goulart e sua esposa, Maria Tereza Goulart. Montevidéu, 4 de maio de 1964. Correio da Manhã



João Goulart, presidente da República, sentado durante seu exílio no Uruguai. Montevidéu, s.d. João Goulart

Chegada de João Goulart ao Uruguai, onde viveria a maior parte do seu exílio. Montevidéu, abril de 1964. João Goulart




Vitrines

Na exposição *Jango, nossa breve história* foram utilizadas cinco vitrines climatizadas para exibição dos originais do acervo que passaram por um processo de higienização e reparo realizados pela equipe técnica de restauração.

Os papéis utilizados na forração das vitrines e os suportes para os originais foram produzidos pela Fábrica de Papéis Especiais e pela equipe do Laboratório de Conservação e Restauração do Arquivo Nacional. A fábrica é responsável por preparar polpa de celulose e folhas especiais com qualidade arquivística de caráter permanente para restauro de documentos, revestimento de embalagens e confecção de papel para encadernação.


As declarações de Fidel Castro ao longo de 1961, de que Cuba era “um estado socialista no qual não haveria mais eleições” e de que o regime existente no país era “marxista-leninista”, puseram em alerta amplos setores da sociedade brasileira. No plano internacional, deflagraram uma reunião da Organização dos Estados Americanos (OEA), convocada a pedido da Colômbia, para tratar das ações a serem tomadas em relação àquele país.


 PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
 GABINETE DO PRESIDENTE

Sr. Presidente

Recebi com ~~todo~~ apreço e meditei com atenção a carta em que V. Ex. houve por bem comunicar-me ter sido constatada a presença, em território cubano, de armas ofensivas capazes de constituir um grave perigo para este hemisfério. Nesse caso V. Ex. também solicitou ~~as~~ o apoio do Brasil para as medidas que o seu Governo proporia ao Conselho da OEA e ao Conselho de Segurança das Nações Unidas, com fundamento nas disposições do Artigo de Bogotá e do Artigo de São Francisco.

San Tiago Dantas, que também exerceu o cargo de ministro das Relações Exteriores no governo João Goulart preferiu, em janeiro de 1962, uma alocução aos chefes de missão da OEA a respeito do assunto, afirmando que “fórmulas intervencionistas ou punitivas, que não encontram fundamento jurídico (...) não podem esperar apoio do Governo do Brasil.”.


 PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
 GABINETE DO PRESIDENTE

4

instituições políticas, sob o princípio de supremacia de lei. Era natural, ~~então~~ que paralelamente ao fortalecimento de democracias se desenvolvesse o sentido de responsabilidade internacional, levando-nos a participar dos acontecimentos e problemas não apenas regionais, mas mundiais, para nos situarmos em face deles e luz dos nossos interesses nacionais e dos ditames de nossa opinião pública. A defesa do princípio de auto-determinação dos povos, em sua máxima amplitude, tornou-se o ponto

No discurso que tive o honr. Sr. Américo de Oliveira no Congresso Nacional em 24 de novembro de 1962.

Minuta de carta, manuscrita por San Tiago Dantas, a ser enviada pelo presidente João Goulart ao presidente norte-americano John Kennedy sobre a crise de mísseis em Cuba. S.L., [24 de outubro de 1962]. San Tiago Dantas

O fundo Santiago Dantas, custodiado pelo Arquivo Nacional, contém diversos documentos, em fases distintas de elaboração (rascunhos manuscritos, cópias datilografadas com correções) sobre as chamadas Reformas de Base defendidas pelo governo João Goulart, que buscava articular-se para implementá-las. Os documentos apresentam diferenças substanciais de redação, variando de mais a menos detalhada, e de abordagem, de mais contundente a outras mais cautelosas, sobre: inflação; sistema tributário; dívida externa; monopólio estatal do câmbio; monopólio estatal das exportações de café; lei de remessa de lucros para o exterior; empresas de capitais estrangeiros concessionárias de serviços públicos; Petrobras; exportação de minérios; concorrência entre indústria nacional e estrangeira; crédito e proteção aduaneira aos capitais nacionais; reforma agrária, com desapropriação de terras, decretação de interesse social, abolição de métodos de pagamento de renda da terra considerados extorsivos, assistência técnica e crédito aos pequenos e médios agricultores; planejamento e controle estatal do comércio de gêneros de primeira necessidade; reajuste de salários e vencimentos de acordo com a alta do custo de vida; construção de moradias para as classes populares; erradicação do analfabetismo; ampliação dos ensinos primário e médio; reforma do sistema universitário, com abolição do sistema de cátedras vitalícias; desenvolvimento de política externa independente; defesa dos princípios de autodeterminação dos povos e de não interferência nos assuntos internos de outras nações; defesa dos interesses nacionais na questão dos preços dos produtos primários no comércio internacional; apoio à política de defesa da paz mundial, do desarmamento progressivo das nações e de coexistência pacífica entre os povos com regime social diferente; preservação do direito de greve; direito de voto para os analfabetos, soldados e cabos das forças armadas; elegibilidade dos alistáveis; legalidade para o Partido Comunista Brasileiro.

Páginas de versão manuscrita do texto sobre a Frente de Apoio às Reformas de Base. S.I., s.d. Santiago Dantas

8.12(1)

①

A Frente de Apoio às Reformas de Base constituiu-se com o propósito de assegurar apoio parlamentar e popular a um programa, que abrangia emendas à Constituição, ~~atos legislativos~~ leis ordinárias e atos de competência exclusiva do Poder Executivo, destinados a permitir que se prosseguisse no país, pacificamente, através da expansão e consolidação de processos democráticos, e sem quebra de continuidade do sistema institucional, as reformas de base capazes de conciliar o desenvolvimento econômico, ~~em um ritmo satisfatório~~ a emancipação do país e a melhoria ^{estímulo} ~~de~~ ^{das} condições de vida dos ~~camadas~~ ^{classe} populares.

Com essa finalidade, a Frente da seu apoio ao Presidente da República, Dr. João Goulart, e anuncia o seguinte programa, que constitui aspiração comum de todos os que ~~a~~ nela se reunem, sem prejuízo de outros reivindicações específicas, já formuladas, ~~que~~ ~~o~~ ~~venham~~ ~~a~~ ~~ser~~ ~~pelos~~ ~~quais~~ ~~continuam~~ ~~a~~ ~~bater-se~~, isoladamente ou em colaboração de livre âmbito, as entidades e pessoas signatárias do presente documento.

A Frente não tem o propósito de abarcar, suprimindo as antigas fronteiras, quaisquer partidos ou associações

Os *Cadernos do povo brasileiro* foram publicados pela editora Civilização Brasileira, de Ênio da Silveira, que juntamente com Álvaro Vieira Pinto organizou as publicações lançadas entre 1962 e 1964. Promovida pelo Iseb (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), a série integrava o intenso debate acerca do modelo de desenvolvimento brasileiro, defendendo medidas de viés socialista para o país. Tal posicionamento era demonstrado explicitamente nos títulos de alguns dos livros: *Que é a revolução brasileira?*, *Como seria o Brasil socialista?* Impulsionada pela UNE, a divulgação dos *Cadernos* atingiu em cheio os meios sindicais (urbanos e rurais) e o movimento estudantil. Ênio da Silveira chegou a ser alvo de três Inquéritos Policiais Militares (IPM), nenhum dos quais resultou em condenação.



Francisco Julião Arruda de Paula. *Que são as ligas camponesas?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1962]. *Cadernos do povo brasileiro*, v. 1.



Congresso Sul-americano da Mulher em Defesa da Democracia. *Anais*. Rio de Janeiro: Campanha da Mulher pela Democracia (Camde), 1967.

RESERVADO

CÓPIA-

NAF/CB

MINISTÉRIO DA GUERRA

PRIMEIRO EXÉRCITOINQUÉRITO POLICIAL MILITARRio de Janeiro, GB
4 de novembro de 1965.

OFÍCIO Nº 292

De: Major de Engenharia CLEBER BONECKER, Encarregado de Inquérito Policial Militar, relativo a Imprensa Comunista.
 Ao: Excelentíssimo Senhor General de Exército-OCTÁCILIO TERRA URURAHY, Comandante do I Exército.
 Assunto: Presta informações
 Referência: Delegação de Poderes nº 683, de 21/8/1964, ratificada pelo Ofício nº 168-SECRETO-de 5/2/1965 desse Comando.
 Anexo: Um exemplar do Jornal "REUNIÃO", de 3/11/1965 - exemplar nº 3 - Ano I

Excelentíssimo Senhor

1.- Para os fins de direito e levando-se em conta os recentes Atos emanados do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, cumpre-me participar a Vossa Excelência, que diversas pessoas, vêm de há muito posto em dúvida os ideais que nortearam o Movimento Revolucionário de 31 de Março de 1964, levando com essa atitude a intranquilidade para a Nação Brasileira.

2.- Nessa propaganda dirigida contra aqueles que procuravam e procuram manter acesos os ideais revolucionários que evitou ter a Nação entrado no caos da corrupção e do marxismo que vinha se desenvolvendo no Governo do Sr. JOÃO GOULART, destacam-se elementos já punidos pelo Ato Institucional nº 1, mas nem por isso procuraram compreender que não existe mais ambiente para suas atitudes de subversão da ordem, muito ao contrário, mantem-se mais e mais ativos, valendo-se inclusive das liberdades democráticas que a Revolução procura manter.

3.- Dentre os elementos que mais se destacam nos ataques frontais aos princípios Revolucionários, podemos citar entre outros, os senhores ENIO SILVEIRA, Diretor da Editora Civilização Brasileira S/A; HERMANO ALVES, jornalista do Jornal "Correio da Manhã"

RESERVADO

Carimbo: Gabinete do Ministro da Guerra - 2a. Divisão.

(Cont. do ofício - RESERVADO - nº 292, de 4 de novembro de 1965 ao Excelentíssimo Senhor Comandante do I Exército)

=====
 Manhã"; PAULO FRANCIS, NELSON WERNECK SODRÉ; MÁRCIO MOREIRA ALVES; CARLOS HEITOR CONY, todos ligados direta ou indiretamente à Editora acima mencionada através seu diretor sr. ENIO SILVEIRA.

4. - Instruindo as alegações acima, destacaremos aqui, algumas publicações postas a público pela Editora Civilização Brasileira S/A onde no conteúdo das mesmas se vê claramente a intenção de seus autores e do diretor dessa Editora, de ataque a Revolução, de menosprezo as autoridades Governamentais, ridicularizando-as perante a opinião pública não só no Brasil, mas também no estrangeiro. Dentre muitas, citaremos:

- a) - Revista Civilização Brasileira;
- b) - Livro "Assim Marcha a Família" - diversos autores;
- c) - Livro "Palavras de Arraás" - diversos colaboradores;
- d) - "Historia da Burguesia Brasileira" (Livro) - autoria do Sr. NELSON WERNECK SODRÉ;
- e) - Livro "O Golpe começou em Washington" de autoria do Sr. EDMAR MOREL, e finalmente,
- f) - Jornal "REUNIÃO".

1) - Do exame feito no Jornal "REUNIÃO" exemplar nº 3, de 3/11 / 1965, Ano I, veremos comprovadas nossas afirmações, quando lemos em sua primeira página em títulos destacados as reportagens "AGONIA DA LIBERDADE" e "QUEM QUER A DITADURA NO BRASIL".

A) - No primeiro artigo "AGONIA DA LIBERDADE" e que consta da página nº 3 do Jornal "REUNIÃO", veremos encimando dito artigo uma fotografia na qual aparece o Excelentíssimo Senhor Ministro da Guerra por trás de microfones e logo abaixo da mesma a citação "O ESTADO SOU EU", num evidente desrespeito a hierarquia federativa bem como a subversão constitucional. Não procuraremos analisar o conteúdo de tal artigo, mas transcreveremos uma parte dele: - ... "ESSE DISCURSO, COMPLETADO POR OUTRO QUE O MESMO GENERAL COSTA E SILVA PROFERIU NO ENCERRAMENTO DA SEMANA SA ASA, PODE SER ASSINALADO COMO GRANDE MARCO DA EVOLUÇÃO DA CRISE: JUNTAMENTE COM O CONGRESSO E O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, A FIGURA MITOLÓGICA DO " PRESIDENTE "

Ofício reservado do major Cleber Bonecker ao general Otacílio Terra Ururahy, comandante do 1º Exército, sobre o Inquérito Policial Militar (IPM) instaurado para investigar a "imprensa comunista". Entre os investigados, Ênio da Silveira, diretor da editora Civilização Brasileira, Nelson Weneck Sodré, Márcio Moreira Alves, e outros intelectuais e jornalistas que publicavam livros e artigos de crítica ácida aos "ideais revolucionários", atacando e ridicularizando o novo regime. São citadas algumas publicações consideradas subversivas, entre elas a *Revista Civilização Brasileira*, e o jornal *Reunião*, que publicava sátiras e piadas tendo como alvo os militares, o presidente Castelo Branco e a "Revolução" de 1964. Rio de Janeiro, 4 de novembro de 1965. Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça - Série Movimentos Conspiratórios

Tal peça notícia não somente a ocorrência dos ilícitos acima mencionados, como também a de fatos configuradores de corrupção administrativa, sobretudo no que concerne à irregular aplicação de dinheiros públicos, manipulados como coisa própria, na concessão de favores, privilégios e indevidas vantagens a determinadas pessoas e a organizações de classes.

Como se verifica do longo relatório ' do IPM (anexo), da lavra do Excelentíssimo Senhor General José Nogueira Paes, é atribuída a prática de subversão às seguintes pessoas :

- 1 - Falecido JOÃO BELCHIOR MARQUES GOULART
- 2 - ARGEMIRO ASSIS BRASIL
- 3 - DARCY RIBEIRO
- 4 - RAUL RYFF
- 5 - Ex-Ministro das Minas e Energia ANTÔNIO FERREIRA DE OLIVEIRA BRITO
- 6 - General Reformado ALBINO SILVA
- 7 - JOÃO SARMENTO
- 8 - JOÃO CARELLI
- 9 - ORLANDO GOMES LOQUES
- 10 - LAURO GARCIA CARNEIRO
- 11 - RENATO MORAIS TEIXEIRA
- 12 - CARLOS GOMES VILELA



Perseguição aos subversivos

Os Inquéritos Policiais Militares (IPM) eram um instrumento de investigação poderoso nas mãos de civis e militares, desde a década de 1950. O IPM da Imprensa Comunista, como um deles ficou conhecido, concentrou seus esforços na suposta comprovação de que parte da imprensa e da intelectualidade brasileiras comungava com os ideais comunistas. São mencionados diretamente no ofício do major Bonecker, o diretor da editora Civilização Brasileira, Ênio da Silveira, e jornalistas e intelectuais que publicaram pela editora e em diversos jornais da imprensa carioca, sobretudo o *Correio da Manhã*, que de apoiador passou a forte opositor do regime que se instaurara com o Golpe. A maioria desses intelectuais, entre os quais podemos citar Hermano Alves, Carlos Heitor Cony, Paulo Francis, Márcio Moreira Alves, Nelson Werneck Sodré e Otto Maria Carpeaux, escrevia para o *Correio da Manhã* e publicava seus livros pela Civilização Brasileira.

Após citar e analisar algumas das publicações "perigosas" que a editora de Ênio lançava amiúde, o major descreve o jornal *Reunião*, também publicado pela Civilização Brasileira, como uma afronta aos "princípios revolucionários" e à figura do presidente Castelo Branco. Recheado de sátiras e provocações, o *Reunião* desafiava os militares golpistas e suas atitudes levando-as ao ridículo, para, com humor, resistir e protestar contra o Estado de exceção.

O IPM conclui que o grande arquiteto de toda aquela movimentação subversiva na imprensa brasileira era Ênio da Silveira, juntamente com o diplomata e dicionarista Antônio Houaiss, além dos jornalistas Carlos Heitor Cony, Hermano Alves e do cineasta e jornalista Alex Viany. A eles sugeriu a imputação de penas previstas no Ato Institucional n. 2 e nos atos complementares, como a perda dos direitos políticos, de cargo ou posto de trabalho, público ou privado, em caso de manifestações contrárias à "Revolução", e se essas ocorressem por meio de imprensa, a pena de prisão de três meses a um ano de reclusão. O que acabou por ocorrer com Ênio da Silveira, que contou com o apoio de um longo abaixo-assinado de mais de 600 intelectuais, escritores e jornalistas pedindo sua libertação, publicado na *Revista Civilização Brasileira*.

[Rio de Janeiro], 15 de abril de 1978. Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça, Série Irregularidades político-administrativas

Jango: uma década de esperança e incerteza

VÍDEO QUE INTEGRA A EXPOSIÇÃO *JANGO: NOSSA BREVE HISTÓRIA*

João Goulart foi deposto em 1964, após incansável campanha contra a sua pessoa, suas propostas para superação do subdesenvolvimento brasileiro e contra os grupos que, com maior ou menor entusiasmo, constituíam sua base de apoio. Tendo a Guerra Fria como pano de fundo e a consequente radicalização de posições, os anos que antecederam sua queda foram marcados por um vertiginoso processo de polarização. O filme produzido para a exposição *Jango: nossa breve história* tenta recuperar a imagem do trabalhista, herdeiro de Getúlio Vargas, em sua trajetória política ao longo de dez anos: da morte de seu mentor às articulações que, criando um clima de medo, insegurança e desesperança, abriu caminho para a instalação de um regime de exceção que duraria 21 anos.

O filme *Jango: uma década de esperança e incerteza* foi realizado a partir de arquivos sonoros, filmográficos e iconográficos sob guarda do Arquivo Nacional. As imagens foram editadas, sendo possível que o material disponibilizado para consulta apresente diferenças do filme.

As imagens em movimento são oriundas dos fundos Agência Nacional, César Nunes, Ipês e TV Tupi. Os arquivos sonoros encontram-se nos fundos Agência Nacional, Rádio Jornal do Brasil, San Thiago Dantas e Sesi. Os jornais e fotografias estão disponíveis nos fundos Correio da Manhã e Camde (Campanha da Mulher pela Democracia).

Duração: 32 min.

CONCEPÇÃO

Viviane Gouvêa

EDIÇÃO

Ana Moreira

PESQUISA DE IMAGEM EM MOVIMENTO

Denise de Moraes Bastos

Mariana Lambert Passos Rocha

Viviane Gouvêa

PESQUISA DE SOM

Ana Moreira

Denise de Moraes Bastos

Mariana Lambert Passos Rocha

Viviane Gouvêa

PESQUISA ICONOGRÁFICA

Cláudia Beatriz Heynemann

Renata William Santos do Vale

Viviane Gouvêa

TRANSCRIÇÃO E TRATAMENTO DE ÁUDIO

Pablo Mello Ferraz e Silva

ÁUDIOS

COMPUSERAM A EXPOSIÇÃO DOIS DISCURSOS CEDIDOS PELA EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO:

DISCURSO *JOÃO GOULART NA CENTRAL DO BRASIL*: MECRJ. CENTRAL DO BRASIL - JOÃO GOULART.13.03.1964

DISCURSO *RUBENS PAIVA*: MECAMRJ.DEPOIMENTOS.01.04.1964 (47318)



APOIO

REALIZAÇÃO



Esta obra foi impressa pela Imprensa Nacional
SIG, Quadra 6, Lote 800
70610-460, Brasília – DF
Tiragem: 1000 exemplares